



EXM.º SENHOR

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

_____, contribuinte fiscal n.º _____
residente em _____, freguesia de _____
concelho de _____ com código postal _____ - _____
_____, na qualidade de _____, do prédio abaixo
identificado, como prova com a documentação que anexa, vem requerer a V.Ex.ª, em conformidade com o
disposto no artigo 9.º do regime jurídico da urbanização e da edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º
555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, se digne promover a **Emissão do Alvará de
Loteamento** relativo aos processos LU-LOT n.º _____ / _____ e CP-URB n.º _____ / _____, cujos
pedidos de licenciamento/comunicação prévia foram deferidos pela Câmara Municipal por despachos de
_____/_____/_____ e ____/____/_____, respetivamente (vossos ofícios n.º _____/DGUP,
de ____/____/_____ e _____/DGUP, de ____/____/_____), que pretende levar a efeito no
prédio rústico, situado no lugar de _____,
freguesia de _____, deste concelho, inscrito na matriz predial da
freguesia de _____, concelho de Póvoa de Lanhoso, sob o artigo
_____ e sob o n.º _____, do livro _____, na Conservatória
do Registo Predial de _____, confrontando a: Norte com _____,
Sul com _____, Nascente com _____,
Poente com _____

Para o efeito junta os seguintes elementos (selecione a caixa correspondente ao documento anexado):

Suporte digital de todos os elementos que integram o presente pedido, nos moldes do estabelecido pelo RMUE;

Declaração de Conformidade do Formato Digital;

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação atualizados, se aplicável;

Fotocópia de Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor, **emitida pela conservatória do registo predial** referente ao prédio ou prédios abrangidos, atualizada;

Ficha com os elementos estatísticos (Q4), previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;

Planta de síntese aprovada (e cinco cópias em papel);

Planta com áreas de cedência para o domínio municipal aprovada (e cinco cópias em papel);

Se obra faseada, incluir ainda, (de acordo com o número 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação):

Planta de síntese indicando as fases aprovada (e cinco cópias em papel)

Documento comprovativo da prestação de caução;

Se obra faseada, incluir ainda, (de acordo com o número 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação):

Documento comprovativo da prestação de caução correspondente à primeira fase;

Declaração de titularidade de alvará emitido pelo INCI, I.P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar;

Apólice de seguro de construção, acompanhado do respetivo recibo de prémio;

Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, acompanhado do respetivo recibo de prémio;

Termo de responsabilidade subscrito pelo técnico diretor de obra, nos termos do disposto no Anexo III, I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhados de:

Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra.

Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão;

Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico diretor de obra;

Plano de segurança e saúde;

Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do plano, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhados de:

Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão;

Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico autor do plano;

Minuta do contrato de urbanização aprovada, quando exista;

O contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas pelo requerente nos termos daqueles preceitos, bem como o documento comprovativo da prestação da caução que garanta o respetivo cumprimento, (se for o caso).

Livro de obra, com menção do termo de abertura;

Outros: _____

Pede deferimento,

**Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada, referindo o n.º do CC/BI e validade.

Consentimento prévio, para receber notificações através de telefone ou correio eletrónico, nos termos da legislação em vigor **Sim** **Não**

Póvoa de Lanhoso, _____ de _____ de _____

_____ **